



CRÍTICA SUBALTERNISTA ao Sul

Edgar César Nolasco¹

Outra [escola de Tlon declara], que a história do universo — e nela nossas vidas e o pormenor mais tênue de nossas vidas — é a escritura que produz um deus subalterno para entender-se com um demônio.

BORGES. *Ficções*, p.10.

51

Para discutir sobre um traço subalternista que teima em resistir na crítica brasileira vamos nos valer, neste início, de três passagens, ou melhor, situações, que tratam de posicionalidades, localizações, espacialidades, lugares. As duas primeiras passagens, apesar de se situarem em lugares completamente opostos, têm o sul como motivo da discussão. A terceira, com certeza mais ainda ao Sul do Equador², endossa a paisagem su(l)balternista, acrescida da diferença que se encontra no *bios* de minha situacionalidade no mundo e no momento em que me proponho a refletir neste ensaio.

A primeira passagem encontra-se no livro *Subalternidad y representación*, de John Beverley, no momento em que o autor discute a invenção da ideia de subalterno para Gramsci:

A invenção de Antonio Gramsci da ideia de subalterno como uma categoria político-cultural estava profundamente conectada/relacionada com sua intenção de conceituar (forjar conceitos para) o “Sul” – a região católica e agrária da Itália na qual a classe trabalhadora rural se manteve como a classe

¹ Edgar César Nolasco é professor na UFMS.

² Faço aqui uma alusão direta ao título da música “Não existe pecado ao Sul do Equador”, composta por Chico Buarque e Ruy Guerra, cujo refrão é “Não existe pecado do lado de baixo do equador”.

social mais importante. Cabe dizer também que o “Sul” é uma parte da Europa que se assemelha ao mundo pós-colonial (o próprio Gramsci era de Sardenha, o que também o converte em um intelectual pós-colonial).³

Ao discutir a invenção gramsciana, na qual a ideia de subalternidade esta diretamente inter-relacionada ao Sul enquanto uma parte da Europa, Beverley também nos mostra que a própria conceituação do que seja subalterno demanda uma delimitação territorial específica, como podemos perceber nesta passagem:

Uma lacuna no saber (conhecimento) que subverte ou derrota a presunção de conhecê-lo. (o subalterno). Mas o subalterno não é uma categoria ontológica; designa uma particularidade subordinada, num mundo no qual as relações de poder estão espacializadas. Isto implica que o subalterno possui um referente espacial, uma forma de territorialidade: Sul da Ásia, América Latina, ‘nas Américas’, ‘num contexto norte-americano.’⁴

Particularidade, referente espacial, forma de territorialidade, América do Sul, América Latina, um lugar ao Sul do Equador chamado Brasil, um *locus* subalterno específico. Apontar um lugar, delimitar um espaço para o subalterno é o começo de uma estratégia crítica que visa, ao invés de antes procurar representar o subalterno como um sujeito social concreto, discutir a problematização do subalterno nos discursos disciplinários e nas práticas dentro da academia.⁵ Diferentemente da linha do Equador que não passa de uma linha imaginária, apesar de ela dividir o hemisfério em Norte e Sul, e muito mais diferente ainda do *saber acadêmico* que só vê o subalterno como uma categoria (do) impossível, o subalterno demanda uma referencialidade espacial específica.

A segunda passagem é trabalhada exaustivamente por Hugo Achugar em *Planetas sem boca*, mais precisamente no capítulo intitulado “Nosso Norte é o Sul”, e se trata de uma passagem de autoria do artista plástico uruguaio Joaquim Torres Garcia (1874-1949):

Uma grande Escola de Arte deveria ser levantada aqui, em nosso país. Eu digo isso sem hesitar: *aqui em nosso país*. E tenho minhas razões para afirmar isso.

Digo Escola do Sul; porque, na verdade, *nosso norte é o Sul*. Não deve haver norte, para

³La invención de Antonio Gramsci de la Idea de subalterno como una categoría político-cultural estaba profundamente conectada con su intento de conceptualizar el “Sur” — la región católica y agraria de Italia donde el campesinato se mantuvo como la más importante clase social. Cabe decir también que el “Sur” es una parte de Europa que se asemeja al mundo postcolonial (Gramsci mismo era de Cerdeña, lo que lo convierte en un intelectual “postcolonial” también)” (BEVERLEY. *Subalternidad y representación*, p.23-24)[Tradução de Marta Francisco de Oliveira]

⁴[O subalterno é] una laguna-en-el-saber que subvierte o derrota la presunción de conocerlo. Pero el subalterno no es una categoría ontológica; designa una *particularidad* subordinada, y en un mundo donde las relaciones de poder están espacializadas ello implica que tiene un referente espacial, una forma de territorialidad: Asia del Sur, América Latina, “en las Américas”, “en un contexto norteamericano. (BEVERLEY. *Subalternidad y representación*, p.24) [Trad. de Marta Francisco de Oliveira]

⁵Ver BEVERLEY. *Subalternidad y representación*, p.23.

nós, mas por oposição a nosso Sul. Por isso, agora colocamos o mapa ao contrário — e então já temos uma justa ideia de nossa posição — e não como querem no resto do mundo. A ponta da América, a partir de agora, prolongando-se, aponta insistentemente ao Sul, nosso norte. Igualmente nossa bússola: inclina-se de forma irremissível sempre para o Sul, em direção a nosso pólo. Os barcos, quando vão embora daqui, *descem, não sobem*, como antes, para ir em direção ao norte. Porque o norte agora está *embaixo*. E o leste, em relação ao nosso Sul, fica à nossa esquerda. Esta retificação era necessária; por isso, agora, sabemos onde estamos.⁶

O mapa ao contrário foi acrescentado ao texto da conferência, intitulada “A Escola do Sul”, só no ano seguinte (1936) por Torres Garcia. De acordo com a importante leitura feita por Achugar, “a tradicional representação geográfica implicava não só uma violência na representação artística, mas, também, uma forte afirmação da localização do sujeito emissor, que de fato questiona a localização tradicional do emissor e da produção de representações estético-ideológicas do universo e, em particular, da América.”⁷ Ressalvadas as diferenças epocais existentes desde a publicação do mapa “de ponta-cabeça”, e excetuando o radicalismo da inversão cartográfica, entendemos que a proposta de Torres Garcia, envolta a questões como posicionalidade e direcionalidade, Norte e Sul, serve-nos para pensar, por exemplo, sobre as condições subalternas nas quais se *representam* as produções críticas latino-americanas, a exemplo da pensada em língua portuguesa, como a brasileira. Para Achugar, a proposta radical de Torres Garcia “assinala a arbitrariedade e a carga ideológica das representações que são produzidas a partir do hemisfério norte”; logo existe nela “todo um programa de política da representação que tenta desmontar o poder tradicional da representação artística produzida a partir do Norte”, e que tal consciência de posicionalidade, como consequência do movimento do mapa, “aparece também em relação à identidade e à representação.”⁸ Vejamos a representação cartográfica do mapa:

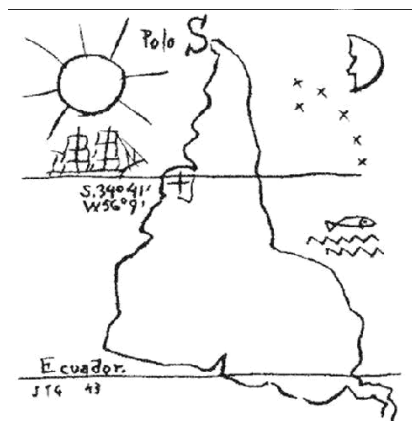


Ilustração de Joaquim Torres García para o ensaio “La Escuela del Sur”, 1936.⁹

⁶ Apud ACHUGAR. *Planetas sem boca*, p.291.

⁷ ACHUGAR. *Planetas sem boca*, p.289.

⁸ ACHUGAR. *Planetas sem boca*, p 289-293.

⁹ Disponível em: http://www.torresgarcia.org.uy/categoria_42_1.html. Acesso em: 04 de março de 2011.

Desde a publicação do mapa de ponta-cabeça, em 1936, não se passou quase um centenário em vão. De modo que não precisamos ser tão radicais como outrora demandava o contexto histórico-cultural do artista plástico uruguaio Torres Garcia. Se àquela época ele já dizia que tínhamos “uma justa ideia de nossa posição”, e não mais como queriam no resto do mundo,¹⁰ então, agora, que já sabemos onde estamos, resta-nos inquirir de que modo a crítica, no caso a brasileira, representa para si e aos olhos do outro (crítica europeia, crítica norte-americana e crítica latino-americana) suas especificidades crítico-culturais, por fora de um traço subalternista que resiste no centro de sua articulação. Se o motivo para a *sobrevida* de tal subalternidade crítica não é mais a posicionalidade do Brasil ao Sul do Equador — e isso em parte graças à dimensão global que a língua espanhola permite à crítica pensada nessa língua — com certeza o fato cultural de a nação intelectual brasileira pensar em língua portuguesa reforça a diferença do atraso no cômputo geral da articulação crítica feita na América Latina e, principalmente, na dos Estados Unidos. Avançando em nossa discussão, o problema maior que vemos reside menos no modo de a crítica de fora ver a crítica brasileira e mais no modo como esta vê a si mesma em diálogo crítico com aquela(s). Na verdade, a crítica de dentro articula-se de uma forma a endossar o olhar subalternista despendido pela crítica hegemônica de fora do país. Por conseguinte, aquela crítica parece ter se acostumado a um velho ranço de olhar para a crítica de fora, ou que está à sua volta, como que a fazer uma eterna referência e reverência históricas. *Grosso modo*, o ofício da tradução quase sempre traz contribuições culturais e linguísticas que não são aferidas em pouco tempo. No Brasil, cada vez mais, pratica-se a tarefa de se traduzir obras que tratam diretamente da América Latina (inclusive tal prática é recorrente dentro de várias editoras universitárias brasileiras). Tais trabalhos críticos traduzidos, por sua vez, são exaustivamente relidos e reescritos, dentro das universidades brasileiras e até fora delas, para se refletir sobre a cultura brasileira e seus problemas. Essa tarefa editorial de tradução é feita com muito valor e seriedade crítica, em todos os sentidos. Todavia, isso não quer dizer que esse referencial sirva feito uma luva para se pensar nossos problemas internos. E se não bastasse, e aí, de meu ponto de vista crítico, reside o pior, tais obras traduzidas tratam, quando tratam, muito indiretamente da cultura brasileira e suas produções culturais, como a literatura, por exemplo. Há leituras e leituras críticas, é bom que se diga, no âmbito da crítica brasileira. Mas a ninguém é permitido não ver que a boa crítica brasileira está quase em sua totalidade assentada nos novíssimos conceitos e reflexões articulados fora, e de forma excessivamente crítica no país. O olhar do império, ou melhor, do Norte, no campo da crítica brasileira, continua a determinar a posição para a qual esta deve mirar. Nesse campo minado da representação crítica, há, sem sombra de dúvida, vencedor e vencido. O que não há, de meu ponto de vista, é uma posição culpada e outra inocente, pois ambas são culpadas. O que estamos dizendo com isso é que o *saber subalterno* gera a subalternidade da mesma forma que o *saber acadêmico* não faz outra coisa do que produzir à exaustão a subalternidade.

¹⁰ *Apud* ACHUGAR. *Planetas sem boca*, p.291.

Enquanto na posicionalidade da paisagem do Sul, descrita por Torres Garcia, os barcos, por exemplo, que resolvem partir descem em direção ao Norte, já que este se encontra *embaixo* e, conseqüentemente, o Leste, em relação ao Sul, está à esquerda, estando o sol, por sua vez, em posição de declínio para este lado, nosso *locus* geohistórico encontra-se ao Sul do país, mais precisamente a Oeste, lugar onde o Sol se põe por sobre a zona híbrida da transfronteiridade que nos situa nesse lugar que um dia, aliás, pertencera, inclusive, a outro país. A meio caminho desse lugar onde, por um lado, as fronteiras se bifurcam (ubicam) e, por outro, a vastidão espacial perde-se de vista, tornando tudo, ao mesmo tempo, híbrido e árido, pântano e deserto, situa-se a terceira passagem, ou margem, antes mencionada. Nela, a rubrica de meu *bios*, a marca de uma herança, uma história familiar que se escreve à minha revelia, contribuem para instaurar a *diferença* que se acresce nessa terceira passagem elencada que, somada às outras duas, me situa em meio a essas raízes culturais e labirintos espaciais que marcam o *locus* ao Sul do Equador chamado Brasil,¹¹ para onde convirjo, a partir de agora, meu olhar sobre a crítica brasileira.

Lo que busca la crítica no es juzgar ni legislar (no juega a ser “tribunal de la razón”) sino sugerir la idea de que detrás de todos los fragmentos que nos constituyen, detrás de todas las representaciones que han venido configurando nuestra personalidad histórica, no existe una moral ni una verdad que garantice el sentido de esos fragmentos y de esas representaciones.

CASTRO-GÓMEZ.

Começo com um dos textos mais celebrados da história da crítica brasileira. Trata-se de “Notícia da atual literatura brasileira _ Instinto de nacionalidade”, de Machado de Assis, publicado originalmente em *O Novo Mundo*, em 24/03/1873 (Nova Iorque). Logo no parágrafo inicial, afirmava o escritor brasileiro:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. [...] Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional.¹²

Avançando a discussão inicial e ao mesmo tempo inscrevendo-se, Machado de Assis reconhecia:

¹¹ Faço aqui uma referência direta ao livro *As raízes e o labirinto da América Latina*, de autoria do crítico brasileiro Silviano Santiago.

¹² MACHADO DE ASSIS. Instinto de nacionalidade, p. 28.

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabelecamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.¹³

Ressalvadas todas as diferenças que de fato existem entre o que o escritor propunha naquele contexto e o que propomos discutir aqui, e reconhecendo que houve, inclusive, uma consolidação da crítica brasileira, quero entender que o traço subalterno inscrito na crítica brasileira passa pela discussão feita tanto por Machado de Assis, no texto do “Instinto de nacionalidade”, quanto nos modos como a crítica subsequente dialogou com o texto machadiano.

Mesmo que não tenha se vestido apenas com as cores locais do país, não há dúvida de que Machado de Assis seja o escritor brasileiro que mais contribuiu para a consolidação do instinto de nacionalidade cultural brasileiro. Sobretudo na medida em que sua literatura formou e proporcionou a compreensão da “fisionomia própria ao [do] pensamento nacional”. Se o escritor não tinha, por assim dizer, uma cor local no sangue, tinha um “espírito local” por excelência. Na verdade, o instinto de nacionalidade de Machado se opunha tão-somente à mentalidade provinciana “que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local”. Agregado ao instinto do escritor

56 brasileiro, sobressaía-se “o geral [real] desejo de criar uma literatura mais independente”.

Antes de chegarmos ao ponto que mais nos interessa da discussão, vejamos o significado da palavra “instinto” de acordo com o *Dicionário Houaiss* da língua portuguesa:

1 impulso interior que faz um animal executar inconscientemente atos adequados às necessidades de sobrevivência própria, da sua espécie ou da sua prole 2 impulso natural, independente da razão, que faz o indivíduo agir com uma finalidade específica 3 faculdade de pressentir, de perceber, independentemente da razão; intuição 4 tendência natural; inclinação; dom

Assim, movidos pelo desejo de executar “[in]conscientemente atos adequados às necessidades de sobrevivência própria”, ou melhor, *de criar uma literatura mais independente*, que tanto aqueles escritores que enalteciam a cor local, como aqueles que a rechaçaram, como fez Machado (em parte), contribuíram para a formação de uma nacionalidade literária brasileira. Nessa direção, o estudioso machadiano Roberto Schwarz observou que o escritor propõe uma dialética entre o local e o universal, o que, paradoxalmente, “o levava a dispensar os apoios do pitoresco e do exotismo”, para concluir que em sua

hipótese a brasilidade de Machado não reside em seu extraordinário trabalho de notação local, de que naturalmente depende, nem é anulada pelo discurso

¹³MACHADO DE ASSIS. Instinto de nacionalidade, 30.

universalista, que é um estrato importante de sua literatura. Estas duas dimensões, que são dados palpáveis, compõem-se (com mais outras) em fórmulas e formas que as relativizam, de que são a matéria dissonante, e que, elas sim, traduzem o “sentimento íntimo de seu tempo e país” a que Machado se refere.¹⁴

Se o escritor realista consegue resolver a notação localista da qual dependia e que era intrínseca à sua produção literária, traduzindo, por conseguinte, o que era da ordem do interno e do externo, do próprio e do alheio, do local e do não-local, é porque ele, ao invés de se travestir apenas com as cores do local, também cumpre à risca o que ele mesmo exigia dos demais escritores de sua época e se vale do “sentimento íntimo”, o que o tornava homem [intelectual] de seu tempo e de seu país. Não por acaso Schwarz já observara que, em O instinto de nacionalidade, o escritor “pensava em seu próprio programa de trabalho, que pouco depois resultaria nas primeiras obras-primas da literatura brasileira em formação”.¹⁵

Programa de trabalho é correlato a projeto intelectual crítico. Sobre dessa discussão crítica exatamente aquela visada que vai deter-se tão-somente na exaltação das cores locais do país. A visão do paraíso retratada de dentro satisfazia, em pano de fundo, o olhar do colonizador, do outro, do de fora. A aferição da paisagem cultural retratada aqui passava pela aprovação do olhar estrangeiro, como uma prática natural por parte do colonizado nos trópicos. Daí podermos dizer que, por mais contraditório que possa parecer, quanto mais a questão era pensada de-dentro, mais se buscava seu respaldo fora. Chegamos, assim, ao ponto que nos interessa da discussão, porque inferimos que foi tal prática que levou à inscrição de um traço subalternista que, histórico e culturalmente, persiste, se não na tradição literária brasileira, muito certamente ainda no bojo da tradição crítica.

Como também nos mostra Machado de Assis, o que está diretamente por trás da discussão crítica lançada em O instinto de nacionalidade é a vontade de uma literatura que tenha sua identidade nacional própria. Todavia, para que tal instinto de fato se cumprisse, era preciso, no caso de um país colonizado como o Brasil, que se superasse, antes, ou aquela adesão incondicional à literatura modelo da metrópole, ou aquela recusa xenófoba do que era de fora. Com os dois pés do lado de cá do Atlântico, mas com o olhar do lado de lá, Machado de Assis soube traduzir a diferença colonial e sua obra é uma prova, como já dissemos. Por outro lado, quem não o soube, continuou a reiterar a diferença alheia no alheio, ou melhor, no próprio, pensando que assim melhor valorizava o que era específico do país (da ordem da afetividade ou, como quisera Machado, do sentimento íntimo). Essa supervalorização do que era de fora também contribuiu, a seu modo, para reforçar o sutil traço subalternista que alicerça a crítica feita do lado de cá do Atlântico, ao sul do Equador, mais precisamente no lugar chamado Brasil.

¹⁴SCHWARZ. Duas notas sobre Machado de Assis, p.171-172.

¹⁵SCHWARZ. A nota específica.

Sem meras coincidências, Machado se ressentia da falta de uma crítica doutrinária, ampla, elevada, uma crítica que corrigisse ou animasse a invenção literária: “a falta de uma crítica assim é um dos males de que padece a nossa literatura”, concluía ele em “Instinto de nacionalidade”. Podemos dizer que, em parte, a crítica subsequente corrigiu o que a literatura nacional deixava a desejar no plano das relações literárias e até mesmo do sentimento íntimo, enfim, de sua formação nacional. Na crítica brasileira, o auge daquela crítica defendida por Machado encontra endosso em Antonio Candido, sobretudo com o seu *Formação da literatura brasileira* (1957). Numa dialética entre o local e o universal, Candido reconhecia, por exemplo, que “comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra, que nos exprime.”¹⁶ Esse diapasão crítico, inaugurado por Machado e seguido depois por Candido, se, por um lado, ficou preso entre uma *genialidade universal e um essencialismo nacional* (em o Instinto de nacionalidade, Machado afirmava: “Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês.”), por outro lado, escavou o lugar crítico para a discussão em torno das ideias fora do lugar importadas nos trópicos.¹⁷ Com base no exposto, podemos dizer que o traço crítico subalternista gerado por essa visada crítica dualista pode ser mais fácil de ser resolvida dentro da articulação crítica brasileira, sobretudo com o *boom* da discussão em torno da dependência cultural, enquanto aquela visada que explorou à exaustão (e tão-somente) as cores locais do

país produziu um traço subalternista insolúvel, uma vez que qualquer julgamento crítico aqui (no Sul) passava pela aferição do de fora (do Norte). Entre o nacional e o universal, entre o próprio e o alheio, o local e o global, se, por um lado, a crítica brasileira estrutura-se em torno de um problema crítico insolúvel, por outro, tem mostrado que pode resolver internamente sua subalternidade quando traduz e lê na diferença as lições críticas importadas.

Se estamos, desde o início de nossa reflexão, voltados para a oposição Norte/ Sul não é porque queremos privilegiar uma dualidade crítica ocidental existente, nem muito menos reforçar a ideia subalterna de que não há outro modo de discutir as ideias críticas e as produções culturais sem que se passe por tal visada crítica dualista. Muito pelo contrário, estamos tão-somente reiterando que, cada vez mais, qualquer discussão crítica deve passar, necessariamente, por sua posicionalidade, sem a qual estaria fadada a incorrer num gesto subalterno acríptico por excelência. Na verdade, é exatamente em torno dessa posicionalidade, que vem marcada pelo *locus* cultural e linguístico, que mais vemos esboçar o traço subalternista que resiste e persiste na crítica brasileira. *Grosso modo*, podemos dizer que nossa crítica continua a se alimentar de uma tradução crítica do outro e do texto do outro bem feita demais. Ao agir assim, toma ao pé da letra o que lhe interessa e o que não lhe interessa criticamente. Não por acaso, grande parte dos

¹⁶ CANDIDO. *Formação da literatura brasileira*, p.10.

¹⁷ Ver o ontológico ensaio “As ideias fora do lugar”, de Roberto Schwarz. In: *Cultura e política*.

estudos críticos sobre a América Latina tem insistido na importância dos *loci* culturais como posicionamento de uma crítica cultural que seja capaz de aferir a América Latina de dentro dela mesma. Todavia, tais estudos tornam-se um problema quando não são articulados de dentro da própria América Latina, pois são mais suscetíveis a reforçar uma certa subalternidade crítica interna. Quando esses estudos são, por sua vez, pensados dos Estados Unidos, como, aliás, acontece e vem acontecendo, então fica muito mais visível o diálogo subalterno que eles propõem frente às demais críticas elaboradas nos trópicos. Nesse particular, pelo fato de a crítica brasileira não ser pensada em espanhol, ela acaba ilustrando a diferença (no mal sentido da palavra) frente ao *boom* crítico que impera na e sobre a América Latina. Não saber ler, nem muito menos pensar em português, não impede o bom andamento da crítica elaborada no Sul. No Brasil, e do Brasil, há e continua existindo uma preocupação, mais do que um esforço, para se ler, compreender e discutir de igual para igual o que é pensado em espanhol hoje, pouco importando se tal reflexão parta dos países da América Latina ou dos Estados Unidos. Sobre isso, resta-nos saber se tal gesto crítico reforça aquele possível traço subalternista que teima em imperar na crítica brasileira, ou se, pelo contrário, ajuda a elaborar qualquer defasagem crítica. De tudo, o fato é que não é difícil constatar que a lição crítica, historicamente pensada e construída em português, continua ficando de fora da grande discussão crítica feita na e sobre a América Latina. No cômputo geral, os críticos brasileiros e suas respectivas obras mencionados dentro da discussão elaborada em espanhol, ou em inglês, aparecem apenas de forma alusiva, ou ilustrativa da discussão, tão-somente como forma de lembrar que tal crítica hegemônica não desconhece que existe um país, cuja língua é a portuguesa.

A propósito da importância do *locus* de enunciação da crítica brasileira, bem como de qualquer crítica, e sem querer resolver qualquer dualidade existente (Norte X Sul), mas, antes, mostrar que é possível uma reflexão crítica que se articule por fora das dualidades *imperantes*, lembramos que, não por acaso, a palavra “Ocidente” etimologicamente e culturalmente significa “o lugar onde se põe o sol”. Se o Brasil está situado mais abaixo do Sul do Equador, como dissemos no início, estamos, por conseguinte, situados à margem da fronteira oscilante do estado de Mato Grosso do Sul (que faz fronteira com os países Bolívia e Paraguai), onde, literalmente, as cores matizadas do crepúsculo, ao invés de afastarem as línguas, os povos e as culturas, antes os aproximam por sobre uma transfronteiridade sem limites, mas regida por leis específicas do lugar. Por falarmos em “Ocidente” e América Latina, por exemplo, não temos como não lembrarmos do termo “Pós-Ocidentalismo” tão bem empregado por Walter Mignolo como uma forma capaz de compreender historicamente a América Latina passando por dentro da construção de seu próprio argumento crítico. No ensaio “Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina”, Mignolo esclarece que a noção de ocidentalismo e pós-ocidentalismo são, na verdade, “o lugar de enunciação

construído ao longo da história da América Latina para articular as inconstantes(ou mutáveis) ordens mundiais (ou articular as mudanças constantes ocorridas nas ordens mundiais) e o movimento das relações coloniais.¹⁸

Se a imagem do crepúsculo oscilante da fronteira, enquanto *locus* de nossa reflexão crítica, traz a ideia de um período, ou estágio em estado de declínio ou decadência, que antecede o fim de algo — ali onde as coisas terminam e cujo lugar não passa de um receptáculo do que é, ou vem, do outro, do de fora. Uma história, uma cultura, uma crítica que, ancestralmente, ao olhar imperial (euro e americanocêntrico) está condenada a receber passivamente o que é do outro. Não por acaso lembramos aqui de “Funes, o memorioso”, de Borges, que afirmava: “Minha memória, senhor, é como despejamento de lixos.”¹⁹ — então podemos dizer, na esteira de Homi Bhabha, que o nosso *locus* fronteiriço sulista tornou-se “o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente, (...)”²⁰ Em sucinto parêntese, observamos que mesmo internamente, por mais que a crítica brasileira pensada nos grandes centros do país se esmere para por em prática uma reflexão crítica que encampe as diferenças culturais internas do país colossal, acaba deixando de fora, por exemplo, problemas cruciais dessa zona fronteiriça aqui em relevo, sobretudo quando pontuamos que tal crítica não escuta as línguas que se produzem e se cruzam nesse *locus* cultural como a guarani e o portunhol. Internamente também temos um trabalho crítico que a seu modo também reforça uma certa subalternidade, principalmente quando a crítica elaborada nos grandes centros intelectuais do país desconsidera as discussões críticas que vêm sendo feitas dentro das universidades públicas que se encontram fora daqueles grandes centros.

Privilegiando uma política da crítica assentada num pós-ocidentalismo, numa transfronteiridade e numa especificidade local que, antes de mais nada, procura ter domínio de sua articulação teórica, crítica e política de seu campo de atuação frente aos demais que por aqui aportam, entendemos que tal crítica começa a resolver sua subalternidade quando, sobretudo, põe *sub judice* tudo o que é aferido por uma crítica pensada de fora, geralmente alhures e em outra língua. Claro que isso não implica que as críticas tenham que se proteger umas das outras com barricadas e fossos. A discussão crítica, aqui, não passa por aí. Passa-se, antes de mais nada, pelo processo de tradução crítico-cultural de todas as teorias e conceitos que migram entre as línguas e as culturas nos dias atuais. Tal visada procura ler na diferença, propondo uma desconstrução de qualquer leitura dualista, cujo poder de decisão e de orientação sempre esteve preso ao

¹⁸ “el lugar de enunciación construido a lo largo de la historia de América Latina para articular los cambiantes órdenes mundiales y el movimiento de las relaciones coloniales”. MIGNOLO, 1988, s.p. (Trad. de Marta Francisco de Oliveira)

¹⁹ BORGES. *Ficções*, p.94.

²⁰ BHABHA. *O local da cultura*, p.24.

centro, ou melhor, no Norte. Eduardo Mendieta, em “Modernidad, posmodernidad y poscolonialidad: una búsqueda esperanzadora del tiempo”, traz questões que estão no entorno das problematizadas aqui:

Quem disse que a trajetória do sol da civilização começa no Oriente, segue em direção ao Ocidente e termina repousando no coração da Europa? E por que? As ‘cartografias cognitivas geopolíticas’ legitimam, e ao mesmo tempo desautorizam, não apenas certos pronunciamentos, como também o *locus* de origem destes e de outros enunciados. Tanto o mapa do mundo como o mapa da história se traça primordialmente segundo critérios arbitrários de ordem temporal e cronotopológico.²¹

Depois de perseguir “a busca esperançosa do tempo sem conclusões”, e reconhecendo-se como filho que é da modernidade, Eduardo Mendieta, ao final de seu ensaio, se pergunta sobre *o que constitui a Europa, quando ela se originou e de onde se traçam suas fronteiras*, para concluir que a *Europa não tem sido menos ‘inventada’ do que a América*. Essa discussão de Mendieta desemboca em “Nuestra América”, de José Martí, que a seu modo questionava “qual América e de quem?” Em seu caso pessoal, reconhece Mendieta que sua América “é a América do Inca Garcilaso, e a América de Bartolomé de las Casas, assim como a América de Bolívar e Santander, mas também a América de Douglas, Sojourner Truth, Pierce, James and Mead, tanto quanto de DuBois, Gates, West e Hooks”²². Parodiando Mendieta pelo avesso, já que em sua leitura crítica, como quase todos os demais críticos que têm se detido em estudos acerca da América Latina, simplesmente ignora a crítica pensada em Língua portuguesa sobre a América Latina, e sem querermos reforçar qualquer tipo de subalternidade, nem muito menos de atraso cultural, que replicamos Nossa América, ou melhor, nosso país é a América de Machado de Assis, Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Paulo Coelho, entre outros. Por conseguinte, as imagens da América eleitas por esses intelectuais brasileiros com certeza são completamente diferentes das imagens que os Estados Unidos, ou os críticos que pensam a América Latina daquele *locus* cultural, têm sobre nós. Pode e deve haver identificação entre a América de um e a do outro, como postula Mendieta. Todavia, quando a discussão passa pelo *locus* enunciativo das críticas nacionais, deve-se privilegiar suas especificidades. Quando não se tem o domínio de sua dimensão histórica, cultural e linguística, uma crítica periférica está mais fadada a exercer uma função subalterna no cômputo geral das comparações críticas. Às vezes, como é o caso da crítica brasileira que insiste em fazer crer, quando a crítica nasce faltante de

²¹ “Quién dijo que la trayectoria del sol de la civilización va de Oriente a Occidente y termina reposando en el corazón de Europa? Y por qué?. Las ‘cartografias cognitivas geopolíticas’ legitiman, a la vez que desautorizan, no solo ciertos pronunciamentos, sino también el locus de estos y de otros enunciados. Tanto el mapa del mundo como el de la historia se traza primordialmente según criterios arbitrários de orden temporal y cronotopológico” MENDIETA, 1988, s.p. (Tradução de Marta Francisco de Oliveira)

²² “es la América del Inca Garcilaso, y la América de Bartolomé de las Casas, al igual que la América de Bolívar y Santander, pero también la de Douglas, Sojourner Truth, Pierce, James and Mead, al igual que DuBois, Gates, West y Hooks.” MENDIETA, 1998, s.p. (Trad. de Marta Francisco de Oliveira)

uma boa crítica, ela herda o direito de defender que a crítica do colonizador é sempre a melhor. Não é por acaso que a crítica envolta à teoria da dependência cultural foi levada a exaustão pelo melhor da crítica feita no país. Mas essa questão da dependência já é uma página virada da crítica brasileira. O que não está totalmente resolvido quando o assunto é crítica e cultura na América Latina é o papel e lugar que essa crítica relegou ao escritor brasileiro Machado de Assis. Refiro-me, especificamente, à boa crítica pensada em Língua espanhola. Mas o intelectual Machado de Assis e sua vasta obra, inclusive crítica, podem estar mesmo fora do que melhor ilustraria as discussões hoje acerca da América Latina. Como não seria o caso de nenhuma crítica contemporânea brasileira, cuja discussão passasse por diferenças e subalternidades, justificamos, aqui, termos começado a discussão exatamente com o “Instinto de nacionalidade”. Em contrapartida, curioso é observar e constatar que, por mais que as temáticas abordadas, quando o assunto é América latina, sejam globalização, mundialização, transnacionalização, translocalização, pós-ocidentalização, consumo e mercado, cultura imperialista, entre outras, um escritor como o brasileiro Paulo Coelho, *mundialmente* conhecido, não seja sequer mencionado. No caso desse escritor, a desculpa não pode mais ficar por conta da Língua portuguesa, como com certeza seria no caso de Machado de Assis. Nacionalidades intelectuais e culturais geram diferenças, mas não deveriam incentivar nenhum tipo de fundamentalismo, sobretudo quando a agenda for a da crítica na contemporaneidade. Olhando, agora, de dentro para fora, isto é, da crítica brasileira para a crítica de fora, percebemos, sem grande dificuldade, o quanto que ela prefere, às vezes, sobretudo quando o assunto é uma produção mercadológica e consumista como a do intelectual Paulo Coelho, reforçar sua subalternidade a ver como uma obra transnacional como a coelhiana pode contribuir para resolver os vícios subalternos que persistem na crítica interna. Enquanto essa crítica periférica ficar na pauta do “não li e não gostei”, quando o assunto for produções culturais internas que não endossem o coro de uma tradição elitista, tradicional e ultrapassada, ela apenas contribui para que a crítica hegemônica, como a pensada em espanhol e sobre a América Latina, continue a desconhecer uma obra como a do escritor brasileiro que é publicada em várias línguas simultaneamente. Por mais contraditório que possa parecer, entendemos que o reconhecimento da obra coelhiana está fadado a vir de fora para dentro, uma vez que sua recepção mundial obriga a crítica brasileira a reconsiderar a obra no bojo das discussões críticas na contemporaneidade. Se esse caso vier de fato a ocorrer, então teremos, como é de costume, o aval da crítica de fora mais uma vez exercendo seu poder frente a uma crítica subalternista que não consegue avançar senão passando pela referência/reverência do e pelo que é do outro (no caso, da outra crítica).

No importante ensaio antes mencionado, Walter Mignolo observava que a América Latina, estudada por fora da proposta pós-ocidental, *deixa de ser o lugar onde se produzem teorias, para continuar sendo o lugar que se estuda*: “o olhar do norte que converte a América Latina mais em uma área a ser estudada do que em um espaço no qual se produz pensamento

crítico”.²³ Embasados nessa aproximação feita por Mignolo entre Estados Unidos e América latina, Norte e Sul, mas pensando especificamente no Brasil/Sul e a crítica sobre a América Latina, e pouco importando se pensada da América do Sul ou do Norte, é que entendemos que enquanto a crítica brasileira não desfizer essa imagem de dependência contínua que a crítica da América Latina tenta gerar sobre ela, sua subalternidade, por sua vez, nunca será completamente resolvida. Tal resolução, pelo menos em parte, dar-se-ia pela tradução crítica como a crítica brasileira deveria operar frente a qualquer crítica aqui aportada em outra língua. Ao invés de fechar-se num provincianismo chinfrim e localista, como fizeram outrora os da cor local, pôr em prática uma tradução conceitual de modo a rechaçar todos os conceitos que a *priori* não servem para pensar melhor, ou seja, de forma mais abalizada, as produções culturais locais e, por extensão, a própria cultura brasileira. Voltado o rosto para o Sul, para “Nuestra América”, vejamos a forma como Mignolo conceitua seu pós-ocidentalismo, termo valioso, sobretudo quando nos propomos a olhar de dentro(Sul) para fora(Norte):

‘Pós-ocidentalismo’ é a palavra-chave que encontra sua razão (o porquê o termo, seu porquê) no ‘ocidentalismo’ dos acontecimentos e na discursividade do Atlântico (norte e sul), desde princípios do século XVI. Pós-ocidentalismo, repitamos (vale repetir), concebido como projeto crítico e superador do ocidentalismo, que foi o projeto pragmático das empresas colonizadoras nas Américas desde o século XVI, do (desde o) colonialismo hispânico ao norteamericano e ao soviético.²⁴

A crítica subalternista e periférica do Sul (Brasil) pode até estar condenada à margem da crítica de línguas hegemônicas, assim como a América Latina sempre estará à margem do ocidente, mas a partir do momento que a crítica periférica tem consciência de seu *locus* de enunciação no contexto global ela pode, e deve, dialogar de igual para igual com as demais críticas. Valemo-nos da ideia de “epistemologia fronteriza” de Mignolo, mesmo que meio pelo avesso da ideia, para reforçar que é detendo-se em sua *episteme*, ou condição de transfronteiridade, que a crítica pensada ao Sul (Brasil) pode inverter o modo imperialista como a crítica do centro a toma: se houver mais valorização dos signos vicários internos, como a própria condição de fronteiridade aqui dentro, isso, por conseguinte, obriga a crítica de fora a fazer uma tradução conceitual dos conceitos internos que melhor traduziriam a crítica periférica, impedindo-a, por conseguinte, de achar que compreenderia melhor esta quando homogênea e relativiza os conceitos de cima(Norte) para baixo(Sul), ou de fora para dentro.

²³ “la mirada desde el norte que convierte a América Latina en un área para ser estudiada, más que un espacio donde se produce pensamiento crítico.” MIGNOLO, 1998, s.p. (Trad. de Marta Francisco de Oliveira)

²⁴ “‘posoccidentalismo’ es la palabra clave que encuentra su razón en el ‘occidentalismo’ de los acontecimientos y la discursividad del Atlántico (norte y sur), desde principios del siglo XVI. Posoccidentalismo, repitamos, concebido como proyecto crítico y superador del occidentalismo, que fue el proyecto pragmático de las empresas colonizadoras en las Américas desde el siglo XVI, desde el colonialismo hispánico, al norteamericano y al soviético.” MIGNOLO, 1988, s.p. (Tradução de Marta Francisco de Oliveira)

Mabel Moraña, em seu importante ensaio “El boom del subalterno”, discutindo a cultura latino-americana, pergunta:

Como redefinir as relações Norte/Sul e o lugar ideológico de onde se pensa e se constrói a América Latina como o espaço irrenunciável de uma alteridade sem a qual o “eu” que fala (que pode falar, como indicava Spivak) se descentraliza, se desestabiliza epistemológica e politicamente?²⁵

64 Uma resposta cabal às tantas perguntas feitas por Moraña não cabe nestas linhas conclusivas, mas gostaríamos de dizer que se estamos todos num mundo global contemporâneo, e de modo bastante visível na América Latina, trabalhando com conceitos descentrados, híbridos, escorregadios e de natureza inconceituáveis, é porque queremos, ao fim e ao cabo, entender melhor o próprio *locus* que nos cerca. Olhar para fora pode ser uma desculpa feliz para se compreender melhor dentro, mas desde que tal olhar não retorne entortando as especificidades culturais, históricas, sociais e críticas que nos fazem ser do jeito que somos. Pois enquanto o olhar imperial do Norte embaralhar nosso modo singular de vermos a nós mesmos, aí estaremos tão-somente repetindo uma imagem cega e improdutiva que apenas multiplica nossa cegueira subalterna. Por tudo isso, mais do que nunca nos pegamos numa situação que nos exige que façamos a crítica da crítica, sobretudo quando nos encontramos dentro da academia. Esse trabalho crítico deve começar pela crítica interna ou local, como forma de rever o modo como ela reproduz os conceitos que migram para o Sul(Brasil). Não observar o que de tais conceitos, geralmente criados para pensar a América Latina de fora dela, serve e o que não serve para que a crítica periférica se consolide como tal pode não passar de uma forma de reforçar a imagem que a crítica hegemônica (do Norte) tem da crítica do Sul. Nossa tradução não se reduz a um trabalho interlingual, nem muito menos intercultural; também deve ser entre conceitos que teimam em achar que podem traduzir nossas especificidades. O *boom* de uma crítica parece residir não nos dualismos, separação ou fundamentalismos, mas, antes, no desejo de pontuar suas especificidades como forma de contribuir com as demais especificidades críticas. Um começo produtivo para esse exercício crítico seria o de propor uma reflexão que se sustentasse por fora de qualquer visada crítica dualista. Nem tanto ao mar nem tanto à terra, nem tanto ao Norte nem tanto ao Sul, nem tanto ao centro nem tanto à periferia, porque as especificidades de ambos são no mínimo diferentes. Uma crítica periférica amalgama suas especificidades resultantes de sua língua, *locus*, nação e cultura, como forma, inclusive, de se preservar de uma visada crítica de fora que, quase sempre, por não ter o domínio da língua subalterna, homogeneiza as diferenças, por meio de conceitos estereotipados e, o que é pior, descontextualizados.

²⁵“Como redefinir las relaciones Norte/Sur y el lugar ideológico desde donde se piensa y se contruye América Latina como el espacio irrenunciable de una otredad sin la cual el ‘yo’ que habla (que puede hablar, como indicaba Spivak) se descentra, se des-estabiliza epistemológica y politicamente?” MORAÑA, 1998. s.p.

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca*. Trad. de Lyslei Nascimento. Belo horizonte: Editora UFMG, 2006.

ASSIS, Machado de. *Machado de Assis: crítica, notícia da atual literatura brasileira*. São Paulo: Agir, 1959, p.28-34: Instinto de nacionalidade.

BENITEZ, Roberto. Torres-Garcia e o estilo do exílio. In: *Revista Arte hoje*, ano 1, n.11, maio, 1978, p.36-39.

BEVERLEY, John. *Subalternidad y representación*. Trad. de Marlene Beiza y Sergio Villalobos-Ruminott. Madrid: iberoamericana, 2004.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1997.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago y MENDIETA, Eduardo (editores) *Teorias sin disciplina* (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate). México: Miguel Ángel Porria, 1998. “Latinoamericanismo, modernidad, globalización: prolegómenos a una crítica poscolonial de la razón”, s.p.

MENDIETA, Eduardo. In CASTRO-GÓMEZ, Santiago y MENDIETA, Eduardo (editores) *Teorias sin disciplina* (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate). México: Miguel Ángel Porria, 1998. “Modernidad, posmodernidad y poscolonialidad: una búsqueda esperanzadora del tiempo”, s. p.

MIGNOLO, Walter D. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago y MENDIETA, Eduardo (editores) *Teorias sin disciplina* (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate). México: Miguel Ángel Porria, 1998. “Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina”, s. p.

MORAÑA, Mabel. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago y MENDIETA, Eduardo (editores) *Teorias sin disciplina* (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate). México: Miguel Ángel Porria, 1998. “El boom del subalterno”, s.p.

NOLASCO, Edgar César. *babeLocal: lugares das miúdas culturas*. Campo Grande: Life Editora, 2010.

PIZARRO, Ana. *O Sul e os trópicos: ensaios de cultura latino-americana*. Trad. de Irene Kallina e Liege Rinaldi. Niterói: EdUFF, 2006.

REIS, Livia. *Conversas ao Sul: ensaios sobre literatura e cultura latino-americana*. Niterói: EdUFF, 2009.

SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das letras, 1987, p. 165-178: Duas notas sobre Machado de Assis

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e terra, 2005, p.59-83: As idéias fora do lugar’

SCHWARZ, Roberto. A nota específica. Folha de S. Paulo, 22 de março de 1998, Mais, p.9 (ensaio).

